



Associação  
Portuguesa  
de Empresas  
de Distribuição

Plano  
de Actividades

2016

# “As associações devem ser centros de inteligência colectiva”

Prof. Daniel Bessa



pág. 7	<b>1 Introdução</b>
pág. 11	<b>2 As grandes linhas de acção para 2016</b>
pág. 17	<b>3 Os objectivos para 2016</b>
pág. 21	<b>4 Plano de acções a desenvolver em 2016</b>
pág. 29	<b>5 Orçamento para 2016</b>



## Plano de Actividades

# 2016





## Introdução

### 1.1 O Contexto Político e Económico

A evolução da economia portuguesa em 2015 caracteriza-se por uma recuperação moderada mas consistente dos principais indicadores macroeconómicos. Observa-se um dinamismo da procura externa e uma melhoria nas condições monetárias e financeiras, para a qual contribuiu o conjunto alargado de medidas adoptadas pelo Banco Central Europeu. Internamente observa-se uma consolidação de expectativas favoráveis dos consumidores e dos agentes económicos relativamente à evolução do rendimento. Este factor contribuiu para sustentar o dinamismo da procura interna, com destaque para o consumo de bens duradouros. O Produto Interno Bruto registou, em termos homólogos, um aumento de 1,5% em volume no 2º trimestre de 2015 - taxa de variação idêntica à observada no 1º trimestre. No mercado de trabalho registou-se um aumento significativo do emprego do sector privado e uma forte queda do desemprego. A taxa de desemprego no 3.º trimestre de 2015 foi de 11,9%. Este valor é igual ao do trimestre anterior e inferior em 1,2 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2014.

No entanto, é importante salientar que a economia portuguesa foi sujeita nos últimos anos a uma conjugação de choques sem precedentes. Em resultado, os níveis da actividade económica e de emprego encontram-se ainda significativamente abaixo dos observados no período anterior à crise financeira global.

Em termos políticos, após as eleições legislativas que se verificaram no dia 4 de Outubro, revelou-se um cenário de incerteza devido à inexistência de uma maioria parlamentar sólida que permita garantir a estabilidade política necessária à prossecução de políticas de investimento e crescimento económico.

### 1.2 Evolução do Sector 2015

O volume de vendas do comércio a retalho cresceu 1,1% no 1º semestre de 2015 face ao semestre homólogo do ano anterior (excluindo combustíveis). Esta informação é obtida através dos dados agregados dos mercados analisados pelas empresas de estudos de mercado GfK, Kantar e Nielsen.

Em relação ao retalho alimentar, após um ano de 2014 em que a deflação foi



decisiva na evolução negativa do volume de vendas, no 1º semestre de 2015 verificou-se um crescimento de 1,4%.

No retalho não alimentar constatou-se um aumento ligeiro do volume de vendas (+0,2%) no 1º semestre de 2015 face ao período homólogo do ano transacto.

Os associados da APED através do seu dinamismo e competitividade têm sabido adequar a sua proposta de valor à realidade económica do país, enquadrada sempre com o foco no consumidor.

Efectivamente, o sector do comércio moderno desempenha um papel cada mais relevante na actividade económica nacional, como se pode comprovar pelo peso crescente do volume de negócios dos associados da APED face ao PIB gerado em Portugal. Em 2014 esse peso era de 10,5%.

Este sector é constituído por empresas que são dos maiores empregadores do país. Em 2014 empregavam 107.860 colaboradores, tendo no ano de 2014 criado 3.365 novos postos de trabalho.

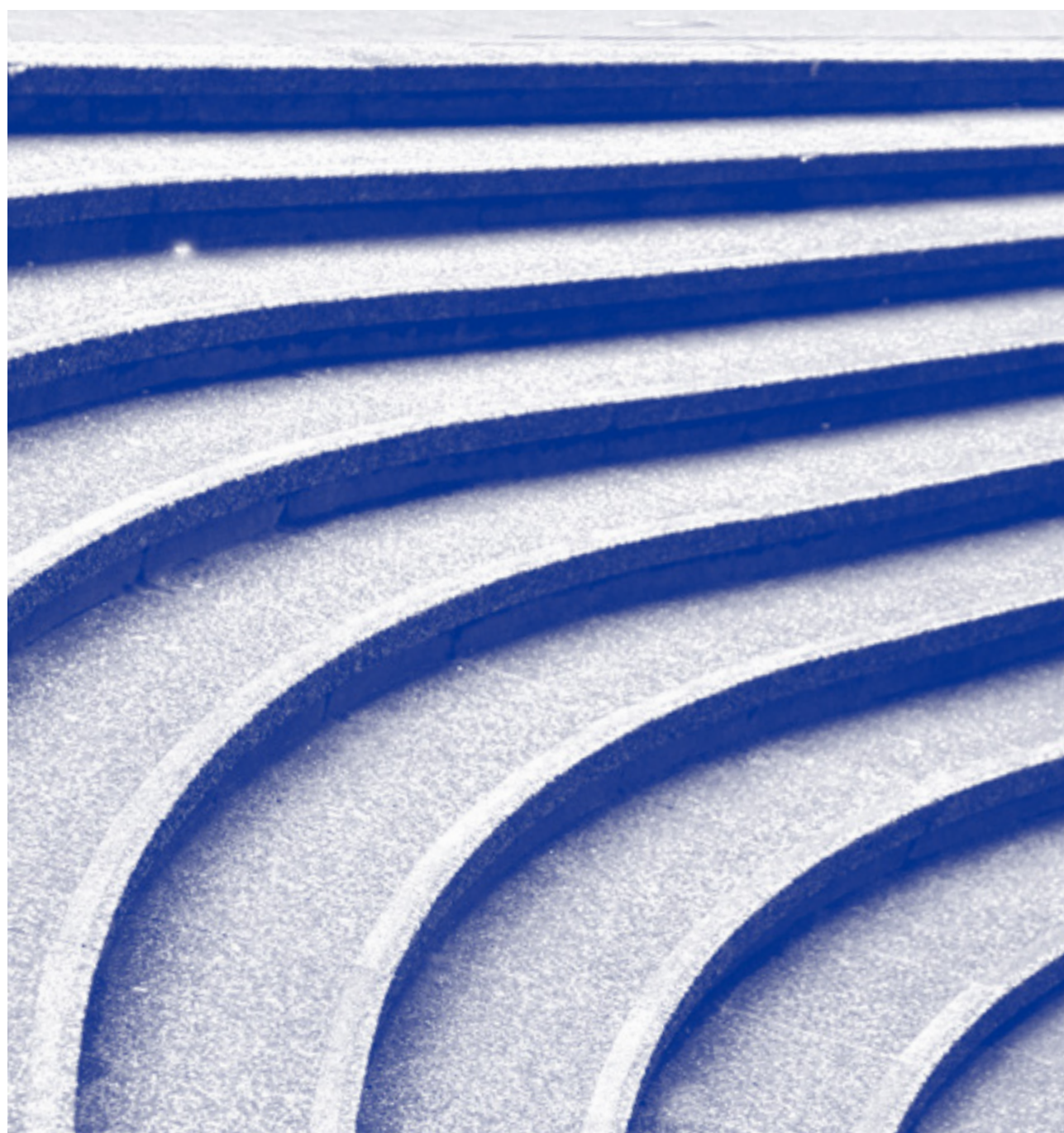
Volume de Vendas Milhões €	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015	Variação 1º Semestre 2015 vs 1º Semestre 2014
<b>Total Alimentar + Não Alimentar</b>	<b>8.415</b>	<b>8.379</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Total Alimentar + Não Alimentar</b> (excepto combustíveis)	<b>6.730</b>	<b>6.801</b>	<b>1,1%</b>
<b>Total Alimentar</b>	<b>4.838</b>	<b>4.906</b>	<b>1,4%</b>
<b>Total Não Alimentar</b>	<b>3.577</b>	<b>3.473</b>	<b>-2,9%</b>
<b>Total Não Alimentar</b> (excepto combustíveis)	<b>1.892</b>	<b>1.895</b>	<b>0,2%</b>

mias desenvolvidas enfrentam um desafio de credibilidade na gestão de expectativas, num quadro em que a inflação observada tem sido sistematicamente inferior aos objectivos de inflação definidos nos respectivos mandatos.

Em Portugal, a principal questão que se coloca para 2016 é se dado o actual cenário de incerteza e instabilidade política, se conseguirá estabelecer um quadro institucional previsível e promotor da estabilidade macroeconómica. Neste âmbito, releva o cumprimento dos compromissos das autoridades nacionais no âmbito das regras orçamentais europeias. O cumprimento destes compromissos permitiria assegurar uma diminuição sustentada do actual nível de dívida pública em percentagem do PIB, que constitui uma das principais vulnerabilidades da economia portuguesa. Globalmente, a conjugação destas diferentes dimensões contribuiria para potenciar o crescimento económico e o bem-estar dos agentes, num quadro de manutenção dos equilíbrios macroeconómicos fundamentais na economia portuguesa.

### 1.3 Perspectivas para 2016

No que se refere à perspectiva para 2016 da evolução da economia a nível mundial, os meses mais recentes de 2015 revelaram algumas fragilidades nos determinantes de crescimento da economia mundial, nomeadamente no que se refere à desaceleração da economia chinesa e da passagem para um regime económico mais centrado na procura interna. Adicionalmente, os bancos centrais nas econo-



## As grandes linhas de acção para 2016

### 2.1 Os Temas Dominantes

No contexto político nacional, a incerteza governativa pós eleições legislativas de Outubro de 2015 e as eleições presidenciais agendadas para o início do ano serão, indiscutivelmente, o pano de fundo do ano de 2016.

No contexto europeu, as políticas da União Europeia seguirão as linhas de orientação do Parlamento e da Comissão eleitos em 2015. Um dos temas centrais a na agenda da Comissão e com impacto no sector são as Práticas Comerciais Desleais. A APED, em parceria com o *EuroCommerce*, monitorizará este tema, perspectivando-se no horizonte próximo a publicação pela Comissão de um relatório sobre a eficácia da Supply Chain Initiative e dos modelos regulatórios preconizados a nível dos Estados Membros.

No plano internacional assistir-se-á à evolução das tensões geopolíticas que caracterizaram os anos de 2014 e 2015 e que tiveram impacto na actividade económica sendo de salientar o embargo russo à importação de algumas categorias de produtos alimentares de origem europeia, a crise do petróleo e a consequente desaceleração de economias em crescimento.

Em 2016, a APED actuará proactivamente na resposta aos novos desafios que se apresentarão ao sector, através da criação de valor para os associados, consumidor e sociedade, por via do conhecimento e da intervenção permanente nas mais diversas matérias.

Na sequência da alteração estatutária ocorrida em 2015 a APED assume-se hoje enquanto representante do comércio alimentar e não alimentar retalhista, grossista e electrónico em Portugal. Um espectro mais alargado e diversificado de associados exigirá da associação um maior dinamismo na procura de soluções e de valor, que respondam a necessidades comuns, mas também distintas, novas e desafiantes.

Mantém-se, todavia, o enfoque no pequeno retalho. Mais de metade das empresas associadas da APED continuam a ser pequenas e médias empresas de retalho organizado. Considerando o perfil da massa associativa e a manterem-se aquelas que se julgam ser as tendências de evolução do comércio é, seguramente, para

estes associados que mais continuaremos a investir na entrega de valor, seja sob a forma de apoio técnico especializado ou na divulgação de boas práticas sectoriais.

O novo ciclo de governance e actuação iniciado em Abril de 2015 e as alterações estatutárias ocorridas nesse mesmo ano serão complementadas com o *rebranding* da APED cuja oficialização se prevê logo para o início do ano de 2016. Uma nova imagem forte, dinâmica e transparente permitirá comunicar de forma eficiente a missão e os valores da Associação junto dos seus *stakeholders*.

Em Maio de 2016 a APED realizará o seu VI Congresso dedicado ao tema “Crescer com o Consumidor”. Esta iniciativa, que contará com a presença do Prémio Nobel da Economia Paul Krugman, terá uma componente política/económica da maior relevância dado o contexto político nacional e uma componente sectorial com destaque para os temas da sustentabilidade, comportamentos de compra, marcas da distribuição, novos meios de pagamento, *big data*, turismo e compras.

Este evento claramente posiciona o consumidor no centro da actividade do sector do comércio, permitindo aumentar o *public awareness* e promovendo o reconhecimento do impacto positivo que as empresas associadas da APED têm proporcionado junto dos seus consumidores.

Os temas dominantes e as prioridades da Associação para 2016 deverão ser enquadradas por um conjunto de monitorizações contínuas de natureza mais alargada como seja:

**As alterações que estão a decorrer no mundo à volta do sector.**

**Como o sector está a agir de modo a abraçar e contribuir para essas mudanças.**

**Quais as matérias em que será importante o desenvolvimento por parte da União Europeia, de políticas de suporte a um sector que se quer mais equilibrado e competitivo.**

Assim, e tendo em conta a análise anterior, os principais *dossiers* da APED em 2016, prevê-se que se centrem, sem priorização, nas seguintes matérias:

- AMBIENTE, FISCALIDADE VERDE E POLÍTICA DE RESÍDUOS
- BUROCRACIA E CUSTOS DE CONTEXTO
- CARTÕES DE PAGAMENTO
- CONTRATAÇÃO COLECTIVA E LEGISLAÇÃO LABORAL
- ECONOMIA CIRCULAR
- FISCALIDADE, IMPOSTOS E TAXAS
- POLÍTICA ENERGÉTICA E COMBUSTÍVEIS
- POLÍTICA DO MEDICAMENTO E PRODUTOS DE SAÚDE E BEM ESTAR
- PREVENÇÃO DO DESPERDÍCIO ALIMENTAR
- REGULAÇÃO DO COMÉRCIO, LEGISLAÇÃO E AUTO-REGULAÇÃO
- RELAÇÕES NA CADEIA DE ABASTECIMENTO
- SAÚDE PÚBLICA, SEGURANÇA ALIMENTAR E ROTULAGEM

O compromisso da APED é continuar a marcar presença nos processos de decisão sobre estas matérias, ouvindo os associados e preparando com base técnica e jurídica as posições resultantes do consenso gerado nas Comissões Especializadas, que posteriormente defenderá junto das autoridades nacionais, e a nível europeu junto da Comissão Europeia e Parlamento Europeu, em articulação com o *EuroCommerce*.

Pretende-se que as posições assumidas venham a ser consubstanciadas com recurso a estudos desenvolvidos por consultoras credíveis, universidades e terceiros, conferindo maior transparência ao sector. Importa aqui referir a adesão da APED ao *Consumers Goods Forum*, uma plataforma de conhecimento entre o sector da indústria e do retalho a nível internacional, que dotará a Associação dos mais recentes estudos e compromissos em diversas áreas do conhecimento, desde logo a sustentabilidade, tendências de consumo, segurança alimentar, marketing.

### Os nossos stakeholders





## 2.2 As Linhas de Acção

O posicionamento estratégico promovido por esta Direcção para intervenção nos *dossiers* e matérias atrás mencionados, articula-se em torno de 4 eixos principais que poderão resumir-se nas seguintes linhas de acção:

A. Consolidar o *share of voice*, via uma comunicação proactiva nos media, representando o sector e promovendo o seu posicionamento junto do consumidor e demais *stakeholders*.

B. Contribuir para a eficácia dos processos legislativos e simplificação da legislação e da sua aplicabilidade, de acordo com as necessidades e características do sector, preservando o espaço de liberdade dos agentes económicos e a efectiva concorrência no mercado.

C. Alargamento do leque de serviços prestados aos associados, robustecendo a capacidade de funcionamento da associação.

D. Alargamento do espectro de actuação da APED e garantia da influência de todos os sectores da distribuição, comércio e serviços nas grandes discussões económicas em Portugal, através da Confederação dos Serviços de Portugal (CSP), criada em Julho de 2011.

A prossecução destas orientações só será possível com o apoio inequívoco e o contributo de todos os associados.

## 2.3 O Plano Europeu

A associação continuará a desenvolver a sua actividade, na componente externa e interna.

A APED continuará a integrar um conjunto de Comités do EuroCommerce de relevância para o sector, nomeadamente os que tratam os temas ligados ao diálogo social, mercado interno e iniciativas voluntárias para as relações na cadeia de abastecimento, o que nos permitirá participar e discutir estas matérias numa dimensão europeia.

Apesar de em 2015 a representação de Portugal no Board e no Steering Committee do EuroCommerce, ter sido assumida pela CCP por um mandato que se estenderá até 2017, conforme acordo entre esta entidade e a APED, a associação continuará a acompanhar de perto as decisões e posicionamentos dos órgãos de gestão do EuroCommerce, bem como participará nas assembleias gerais e demais iniciativas promovidas pelo mesmo.

Entre os objectivos estratégicos do EuroCommerce para 2016 salientam-se:

- Uma política digital única;
- Um verdadeiro mercado único para produtos e serviços (ambos físicos e digitais) e “melhor regulação” para os operadores económicos e o consumidor;
- Um ambiente global de trocas comerciais aberto e previsível;
- Relações comerciais justas e equilibradas que alavanquem cadeias de abastecimento eficientes e sustentáveis;

- Um mercado de trabalho flexível e um diálogo social eficiente que torne mais fácil a criação de emprego e que permita dotar os cidadãos europeus das competências certas para o futuro;

- Políticas de sustentabilidade alinhadas com o crescimento e a criação de emprego.

A vertente das relações externas institucionais não se esgota no EuroCommerce, a APED continuará a investir na aproximação ao poder político com presença em Bruxelas, dotando os representantes nacionais no Parlamento e na Comissão Europeia de informação relevante sobre a actividade do sector no contexto nacional e europeu.

A aposta passará igualmente pelo reforço das relações com entidades congéneres, de âmbito europeu e nacional, com o intuito de tomar conhecimento das actividades promovidas pelas mesmas, das melhores práticas em vigor, ao mesmo tempo que serão acompanhados os assuntos da agenda europeia com relevância para o sector.

Ainda neste plano, a APED procurará divulgar as suas actividades e iniciativas, contribuindo para aprofundar o diálogo com essas organizações.



# 3



## Os objectivos para 2016

### 3.1 Associados

- Assegurar uma representatividade activa do sector nas mais variadas áreas de actuação, do comércio alimentar ao especializado e nos diferentes formatos em que se apresenta ao consumidor.
- Realizar estudos sectoriais, barómetros de vendas, segurança e recursos humanos, *ranking* anual, *flash report* e estudos específicos sobre aspectos relevantes para a actividade da Associação (Ex. Desperdício Alimentar, Boas Práticas Ambientais, Desenvolvimento do Capital Humano).
- Realizar estudos específicos com recurso a consultoras, universidades ou peritos credíveis, que consubstanciem as posições da APED e lhes confirmem maior transparência.
- Dinamizar o trabalho realizado pelas comissões especializadas da APED, de modo a aumentar a eficácia dos contributos da actividade destas comissões, promovendo uma interacção mais próxima entre os coordenadores das comissões e os associados.
- Priorizar o trabalho das Comissões, com destaque para a Comissão para os Custos de Contexto, que visa contribuir para a simplificação administrativa e diminuição da carga burocrática actualmente exigida aos associados.
- Participar activamente e de forma proactiva na adopção dos princípios subjacentes à Economia Circular e a outras políticas de sustentabilidade, nomeadamente eficiência energética, gestão de resíduos, rotulagem energética, gases fluorados, embalagens e desperdício alimentar, iniciativas no âmbito da nutrição e da informação relativa ao consumo de bebidas alcoólicas.
- Promover a adesão a boas práticas em matéria de prevenção do desperdício alimentar, nutrição, bem estar e estilos de vida saudáveis e consumo informado de bebidas alcoólicas.
- Acompanhar os *dossiers* europeus em matéria de legislação do comércio electrónico, de forma a garantir que esta forma de comércio se constitua como uma verdadeira oportunidade para todo o comércio retalhista e grossista.

- Contribuir para mudar a forma como são percepcionadas as marcas da distribuição, através de um conjunto de iniciativas a nível nacional e europeu que reflectam os benefícios destas para o consumidor e a influência positiva que as mesmas têm na inovação e na oferta, bem como o seu contributo para o crescimento das pequenas e médias empresas. Contribuir para a migração do conceito de marcas de distribuição para marcas colaborativas.
- Promover um inquérito anual de satisfação dos associados relativamente ao desempenho das diversas comissões e da APED.
- Desenvolver acções de captação de novos associados APED.
- Prestar serviços aos associados nas áreas da formação, boas práticas laborais e negociação sindical.
- Realizar seminários e sessões de esclarecimento que se posicionem como interface com as entidades públicas em matéria de informação e análise de legislação relevante para o sector.
- Dinamizar a STORE Magazine, uma plataforma para informação e troca de ideias entre profissionais do sector da distribuição e os parceiros que com eles interagem.

### 3.2 Governo e Autoridades Públicas

- Assegurar a defesa intransigente da livre iniciativa e da economia de mercado e lutar contra todas as formas de discriminação e/ou distorção da concorrência.
- Desenvolver a sua acção no sentido de sensibilizar a administração pública e o governo para a Desburocratização da Economia.
- Pugnar pela simplificação legislativa e adequada harmonização da transposição da legislação europeia para o ordenamento jurídico nacional.
- Promover o alinhamento do contrato colectivo do sector com a lei geral do trabalho e negociar a instituição de formas mais flexíveis de regime laboral, tomando em conta as especificidades da distribuição.
- Garantir a representação institucional da APED ao mais alto nível, mantendo um diálogo propiciador dos entendimentos necessários ao cumprimento da missão da APED junto do Governo e demais autoridades, nomeadamente:

- MINISTÉRIO DA ECONOMIA
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR
- MINISTÉRIO AMBIENTE, ORDENAMENTO TERRITÓRIO E ENERGIA
- MINISTÉRIO DA SAÚDE
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
- GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS
- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
- AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA
- AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA
- DIRECÇÃO GERAL DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

- DIRECÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA
- INFARMED - AUTORIDADE NAC. MEDICAMENTO E PROD. SAÚDE
- ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS
- BANCO DE PORTUGAL
- FÓRUM PARA A SUPERVISÃO DOS MEIOS DE PAGAMENTO
- DIRECÇÃO GERAL DO CONSUMIDOR
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E GRUPOS PARLAMENTARES
- CASA CÍVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
- COMISSÃO EUROPEIA
- EURODEPUTADOS PORTUGUESES

### 3.3 Consumidores

- Divulgar junto dos consumidores o esforço do sector no sentido de ir de encontro das suas necessidades, promovendo o aumento do seu bem-estar.
- Apostar na afirmação de uma imagem de sustentabilidade do sector, posicionando-o como praticante das melhores práticas em matéria de responsabilidade social nas áreas socioeconómicas e de política ambiental.
- Apoiar e realizar campanhas de divulgação de boas práticas associadas ao consumo, em colaboração com os associados e outras organizações congéneres ou com actividade concomitante com a da APED.

### 3.4 Stakeholders Sectoriais

- Realizar intervenções proactivas de promoção e defesa do sector e esclarecimento de “mitos” de opinião.
- Assegurar a participação activa no debate institucional em matéria de relações na cadeia de abastecimento.
- Representar a posição dos associados nos processos legislativos e regulamentares em que esteja em causa o relacionamento do sector com a comunidade de fornecedores, procurando soluções que acomodem as visões e interesses das partes.
- Desenvolver programas conjuntos com a indústria visando a criação de standards “de ponta”, nas áreas do interface comercial, logístico / *supply-chain* e administrativo / financeiro.
- Promover e alargar os momentos de diálogo com as confederações da indústria, agricultura e demais Parceiros.

# 4



## Plano de acções a desenvolver em 2016

### 4.1 Associados

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
Comissões Especializadas	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhoria da eficácia e eficiência das comissões</li><li>Criar novas comissões especializadas, caso se venha a revelar necessário</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Intensificar o contacto com os associados.</li><li>Realizar visitas às unidades dos associados.</li><li>Promover a participação dos associados nas comissões especializadas.</li><li>Fomentar um espírito de entrega e partilha dos membros da comissão através da divulgação de dados e documentos de apoio aos associados.</li><li>Aumentar a interacção entre os membros das comissões.</li><li>Manter <i>status report</i> mensal dos projectos e iniciativas das comissões.</li><li>Analisar novas áreas de interesse transversais aos associados, sempre que pertinente.</li></ul>
Comissão de Segurança no Ponto de Venda	<ul style="list-style-type: none"><li>Executar Protocolo com o MAI- Distribuição Segura</li><li>Monitorizar a implementação da Lei da Segurança Privada</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar estudos sobre quebra e segurança dos associados.</li><li>Organizar acções de formação “Boas Práticas de Segurança”.</li><li>Facilitar os contactos entre as forças de segurança e os responsáveis dos pontos de venda.</li></ul>
Comissão de Ambiente	<ul style="list-style-type: none"><li>Pacote “Economia Circular”</li><li>Gases fluorados</li><li>Reforma fiscal verde</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Acompanhar activamente o novo pacote “Economia Circular” nos aspectos chave para o sector.</li><li>Dar continuidade às acções no plano nacional e europeu com vista a contribuir para a resolução da problemática dos países do sul.</li><li>Acompanhar a implementação da reforma fiscal verde, em especial o tema “sacos de plástico”.</li></ul>



Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
►	• Óleos alimentares usados	• Assegurar a execução do programa bianual de acções (2015/2016), com enfoque no desenvolvimento de campanha de sensibilização.
	• Resíduos de Equipamentos e Electrónicos (REEE)	• Participar activamente nos trabalhos do Centro de Coordenação e Registo de REEE enquanto membro fundador e do CA.
	• REAP / <i>Retail Forum for Sustainability</i>	• Participar nos encontros e promover a partilha de boas práticas de sustentabilidade junto dos associados e principais <i>stakeholders</i> .
	• Guia de Boas Práticas Ambientais	• Promover a divulgação de guia de apoio e de comunicação das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade, junto dos associados e dos principais <i>stakeholders</i> do sector.
	• Desperdício alimentar	• Promover a divulgação de brochura institucional da APED junto dos <i>stakeholders</i> e acompanhar os desenvolvimentos em torno do novo pacote Economia Circular, em interacção com a Comissão de Produtos Alimentares.
	• Regulamento subprodutos de origem animal	• Monitorizar o tema, em interacção com a Comissão de Produtos Alimentares.
	• <i>Dossiers</i> legislativos	• Assegurar a intervenção em <i>dossiers</i> legislativos (p.ex. dossier etiqueta energética) através da participação em consultas promovidas pela Comissão Europeia, <i>EuroCommerce</i> e entidades competentes a nível nacional.
Comissão de Assuntos Fiscais	• Regime e-fatura	• Assegurar junto dos associados e da Autoridade Tributária e Aduaneira a optimização da implementação das medidas em matéria de comunicação electrónica de facturas e de documentos de transporte.
	• Nova legislação na área fiscal	• Promover a previsibilidade e sustentabilidade económica para as empresas, do impacto de nova legislação na área fiscal.
Comissão de Custos de Contexto	• Simplificação administrativa e custos da Burocracia	• Simplificar os processos burocráticos. • Identificar os principais custos de contexto. • Elaborar posições do sector.
Comissão de Assuntos Jurídicos	• Legislação relevante sobre o sector	• Monitorizar e contribuir para a revisão de legislação relevante que incida sobre o sector. ►

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
►	• Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2015, de 8 de Outubro) - Práticas Restritivas do Comércio (PIRC)	• Acompanhar a aplicação da lei e o processo de avaliação que decorrerá durante o ano de 2016 • Avaliar o impacto e implicações práticas que as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 220/2015, de 8 de Outubro. • Continuar a desenvolver o trabalho de compliance e apoio aos associados, em especial aquando da recepção de notificações da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).
	• Lei n.º 48/2015 de 5 de Junho - Lei da Cópia Privada	• Monitorização da aplicação da lei e esclarecimento dos associados. • Avaliar efeitos no sector e, após avaliar o impacto dos mesmos, definir uma estratégia a médio-prazo na definição de uma lei que responda às necessidades do sector.
	• Consultas no âmbito do procedimento legislativo	• Envolver os associados no processo de formação da posição oficial da APED através de uma consulta simples e eficaz.
	• Funcionamento da Comissão	• Fomentar um espírito de entreajuda e partilha dos membros da comissão através da divulgação de dados e documentos de apoio aos departamentos jurídicos dos associados.
	• Formação e divulgação de temas relevantes para o sector	• Promover conferências e debates em matérias juridicamente relevantes para o sector.
Comissão de Cartões de Pagamento	• Monitorizar a aplicação do processo legislativo de redução das taxas pagas pelos comerciantes  • Estudar e acompanhar os novos meios de pagamento	• Monitorizar e intervir em relação às práticas abusivas dos bancos no mercado de cartões de pagamento.  • Desenvolver iniciativas no sentido de partilhar com os associados informação sobre novos meios de pagamento.
Comissão de Produtos de Saúde e Bem Estar	• <i>Dossiers</i> legislativos  • Relações com as entidades competentes e com os <i>stakeholders</i> do sector	• Assegurar a intervenção em <i>dossiers</i> legislativos através da participação em consultas promovidas pela Comissão Europeia, <i>EuroCommerce</i> e entidades competentes a nível nacional, nomeadamente em matéria de política do medicamento.  • Manter uma plataforma de diálogo regular com as entidades competentes e com os <i>stakeholders</i> do sector • Promover momentos de debate em matéria de automedicação e autocuidado. • Comunicar a área de negócio da saúde e bem-estar dos associados da APED. • Participar nas reuniões do Conselho Consultivo do INFARMED.

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
Comissão de Produtos Alimentares e Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"><li>Dossiers legislativos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Assegurar a intervenção em dossiers legislativos através da participação em consultas promovidas pela Comissão Europeia, EuroCommerce e Entidades Competentes a nível nacional.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Relações com as entidades competentes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Manter uma plataforma de diálogo regular com as entidades competentes através da realização de reuniões e encontros temáticos.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Relações com os stakeholders do sector</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Manter uma plataforma de diálogo regular com os stakeholders do sector através da realização de reuniões, encontros e visitas.</li><li>Participar activamente na Comissão de Segurança Alimentar criada pelo Governo.</li><li>Definir e assegurar o plano de actividades anual do protocolo APED-CAP.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Regulamento de Informação ao Consumidor</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Acompanhar os dossiers em matéria de actos delegados e medidas nacionais.</li><li>Participar nas consultas desenvolvidas pela Comissão Europeia, EuroCommerce e DGAV.</li><li>Actualizar os conteúdos do Guia APED-FIPA de Aplicação do Regulamento.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Regulamento subprodutos de origem animal</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Monitorizar o tema, em interacção com a Comissão de Ambiente.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Desperdício alimentar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Promover a divulgação de brochura institucional da APED junto dos stakeholders e acompanhar os desenvolvimentos em torno do novo pacote Economia Circular, em interacção com a Comissão de Produtos Alimentares.</li></ul>
Comissão de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"><li>Divulgação dos Alertas Rápidos da Comissão Europeia (RASFF)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Comunicar em tempo útil todos os alertas recebidos.</li><li>Apoiar os associados complementando informações recebidas.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Negociação do Contrato Colectivo de Trabalho, harmonizando-o com a lei Geral do Trabalho</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Preparar propostas e alterações com os associados.</li><li>Desenvolver o processo negocial junto das organizações sindicais do sector.</li><li>Apoiar os associados nas questões concretas que enderecem à Comissão.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>Monitorizar a Legislação laboral</li><li>Defender os interesses das empresas e dos colaboradores na conciliação da vida profissional e familiar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Acompanhar o processo legislativo e representar o sector quando solicitada.</li><li>Promover boas práticas dos associados na gestão dos recursos humanos.</li><li>Elaboração de um estudo sobre o desenvolvimento do capital humano nos associados da APED.</li></ul>

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
Concorrência	<ul style="list-style-type: none"><li>Relações da distribuição com os seus fornecedores</li><li>Alargar o diálogo com a Autoridade da Concorrência e ASAE</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Continuar a acompanhar junto da AdC a questão, participando nos comités técnicos que se vierem a criar.</li><li>Representar os interesses dos associados de modo a contribuir activamente para as melhores decisões da AdC e da ASAE, no âmbito de processos e outros assuntos da sua competência.</li></ul>
Estudos e Formação	<ul style="list-style-type: none"><li>Elaborar Estudos de caracterização e monitorização do sector</li><li>Promover Seminários, Acções de Formação e Sessões de Esclarecimento</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Publicar o Barómetro Trimestral de Vendas.</li><li>Publicar o Ranking anual da APED.</li><li>Publicar o Flash Report mensal.</li><li>Realizar um estudo aprofundado por uma consultora com o objectivo de assegurar maior transparência e conhecimento do sector.</li><li>Organizar encontros temáticos com os Associados, estimando-se a realização de 5 seminários em 2016.</li><li>Organizar acções de formação com especialistas das matérias a abordar, de acordo com a agenda e as propostas das comissões.</li><li>Organizar outras acções em parceria com outras entidades.</li></ul>
Evolução e Comunicação da APED	<ul style="list-style-type: none"><li>Apresentação e operacionalização da nova imagem da APED</li><li>Apresentação do novo site da APED</li><li>Consolidar o share of voice</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Apresentação da nova imagem da APED e operacionalização da sua comunicação.</li><li>Tornar o site da APED uma ferramenta útil para os associados e demais stakeholders.</li><li>Marcar presença activa nos Órgãos de Comunicação Social, promovendo o sector e defendendo os seus interesses.</li><li>Publicar estudos que aportem valor ao sector.</li></ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"><li>Eficiência energética</li><li>Redes fechadas</li><li>Conselho Tarifário ERSE e Dossiers legislativos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Assegurar a implementação da acção de apoio ao investimento - PPEC 2013-2014.</li><li>Aprofundar o diálogo com entidades competentes, de modo a agilizar e flexibilizar o processo legislativo.</li><li>Assegurar a intervenção em dossiers legislativos diversos (tais como os requisitos de ecodesign e etiqueta energética de equipamentos de refrigeração para utilização comercial) e manter a plataforma de diálogo com ERSE e DGEG.</li></ul>
Economia circular	<ul style="list-style-type: none"><li>Prevenção do desperdício alimentar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Dar a conhecer junto dos stakeholders as boas práticas do sector para prevenir o desperdício alimentar.</li></ul>

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
►	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação de boas práticas ambientais e de sustentabilidade</li> <li>Pugnar por uma maior eficiência na aplicação da Responsabilidade Alargada do Produtor e na gestão de resíduos (REEE, resíduos de embalagens e de embalagens de medicamentos, pneus, pilhas,...):</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar junto dos principais <i>stakeholders</i> o contributo do sector para a Economia Circular, através da partilha das melhores práticas nacionais e dos compromissos do Consumer Goods Forum e REAP / Retail Forum for Sustainability.</li> <li>Participar activamente na gestão do Centro de Coordenação de registo de REEE e no processo de licenciamento.</li> <li>Participar activamente no sector das embalagens via DISPAR.</li> <li>Promover o acompanhamento dos processos de licenciamento de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, assegurando uma plataforma de diálogo com as entidades oficiais.</li> <li>Promover o acompanhamento dos processos legislativos em curso e assegurar a defesa dos interesses do sector.</li> </ul>

## 4.2 Governo, Parlamento e Comissão Europeia

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
<b>Parlamento Europeu e Comissão Europeia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer o diálogo com o Parlamento e Comissão Europeia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dotar os representantes nacionais no Parlamento e na Comissão Europeia de informação relevante sobre a actividade do sector no contexto nacional e europeu.</li> <li>Acompanhar os assuntos da agenda europeia com relevância para o sector.</li> </ul>
<b>Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e Representação Geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Actuar junto das autoridades e participar nas decisões e consultas relevantes para o sector</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emitir pareceres e posições sempre que solicitados.</li> <li>Acompanhar os processos de decisão relevantes.</li> <li>Assinalar a presença junto das autoridades em cerimónias, encontros e reuniões específicas.</li> </ul>

## 4.3 Consumidores

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
<b>VI Congresso APED – Crescer com o Consumidor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicar os impactos positivos do sector junto da economia e dos consumidores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar o Congresso junto dos <i>mass media</i>.</li> <li>Promover a participação dos diversos <i>stakeholders</i> do sector no Congresso.</li> </ul>
<b>Acções de Sensibilização e Informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar a notoriedade da APED</li> <li>Promoção de boas práticas junto dos consumidores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover campanhas conjuntas com os parceiros APED.</li> <li>Apoiar os associados na realização e visibilidade das campanhas.</li> <li>Assegurar o intercâmbio de informações com autoridades e outros parceiros.</li> <li>Manter a proximidade com a DECO e a Direcção-Geral do Consumidor.</li> </ul>

## 4.4 Stakeholders Sectoriais

Área	Objectivo	Acções a Desenvolver
<b>Intercâmbio de Informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levar junto dos parceiros informação relevante para a interacção com a distribuição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar as áreas prioritárias.</li> <li>Divulgar informação relevante produzida pela APED.</li> <li>Cruzar estudos realizados de interesse comum.</li> <li>Celebrar protocolos com outras associações representativas de diferentes sectores de actividade. Continuar a colaboração com a CAP.</li> <li>Participar em seminários e encontros intersectoriais.</li> <li>Integrar Organizações Interprofissionais. Continuar a presença na Casa do Arroz.</li> </ul>





## Orçamento para 2016

A proposta de orçamento que suportará o presente Plano de Actividades tem por objectivo enquadrar o custo das actividades da APED nos proveitos que se estimam arrecadar no ano, permitindo igualmente dar cumprimento aos objectivos fixados, bem como às linhas de actuação evidenciadas, de salientar as resultantes da Reflexão Estratégica realizada em janeiro de 2014 e reflectidas também no presente plano.

Considerando a presente proposta de orçamento para 2016 em matéria de receitas, evidencia-se que a estimativa das mesmas, a realizar por via do recebimento das quotas dos associados, é conservadora, não se prevendo grandes variações em relação ao montante realizado em 2015.

Ainda em matéria de proveitos, registe-se a previsão de quebra da receita financeira resultante da aplicação de excedentes de tesouraria em depósitos a prazo, devido às baixas taxas que o mercado está a praticar, estimando-se um valor abaixo do previsto em 2015.

Quanto a proveitos suplementares, consistem essencialmente no *fee* relativo à prestação de serviços à DISPAR que resulta da celebração de novo contrato entre esta e a APED em Janeiro de 2015, com a duração prevista de três anos, incluindo já a actualização para 2016 aí considerada.

2016 será o ano de realização de mais um Congresso da APED, o VI, pelo que estimamos que os valores inscritos na proposta de orçamento, em linha com os custos e proveitos realizados na anterior edição, venham a ser executados sem desvios, não deixando contudo de referir que a actual situação política e económica que vive o País nos trará uma grau de dificuldade acrescida em matéria de angariação de patrocínios e parceiros financiadores.

As receitas estimadas para 2016 totalizam 1.383.000€.

Fundamentando agora as despesas estimadas para o exercício, foram inscritas de acordo com a nossa projecção de actividade para o ano, que será mais uma vez particularmente exigente em matéria de envolvimento do sector em temas públicos, nomeadamente no que respeita a alterações que possam vir a ocorrer no

enquadramento legal que regula a nossa actividade, com a revisão já enunciada de um conjunto de iniciativas legislativas, com especial enfoque em matérias relacionadas com a legislação laboral.

Os custos de funcionamento reflectem a sempre presente preocupação de poupança e racionalização de custos, sendo que igualmente no próximo ano teremos que continuar a acomodar um conjunto de despesas de funcionamento da CSP, apoiada pela infra-estrutura da APED.

Em consultoria e trabalhos especializados estima-se uma despesa de 90.000€, reconhecendo-se que a redução estimada desta rubrica, quando comparada à estimativa inicial de 2015, reflecte a internalização de competências jurídicas e de capacidade de resposta a consultas em que a APED é chamada a pronunciar-se durante os processos legislativos.

Numa óptica de resultado, optou-se por inscrever o valor das amortizações estimadas para o período.

O valor da despesa estimado para 2016 é de 1.382.044€, incluindo já o financiamento e as receitas que resultarão do VI CONGRESSO da APED, projectando-se um resultado positivo de 956,00€, o que reflecte a preocupação desta Direcção na manutenção de exercícios orçamentais equilibrados e ajustados às efectivas necessidades de financiamento da actividade desta associação.

É compromisso desta Direcção, no âmbito do cumprimento das suas funções, desenvolver durante o exercício todas iniciativas necessárias para a melhor, mais conforme e transparente execução do presente orçamento, não se ignorando que o horizonte de incerteza, nomeadamente política e económica, nos coloque perante situações novas e contextos imprevisíveis que venham a ocorrer durante o ano de 2016.

Lisboa, 20 de Novembro de 2015

## Receitas

	Budget 2015	FC 2015 April	Budget 2016
<b>Quotizações</b>	<b>912 000</b>	<b>978 000</b>	<b>962 000</b>
Quotas	910 000	960 000	960 000
Joias	2 000	18 000	2 000
<b>Outras Receitas</b>	<b>122 450</b>	<b>212 450</b>	<b>421 000</b>
Proveitos Financeiros	14 000	14 000	10 000
Prov. Suplementares - Dispar	90 000	180 000	180 000
Livros de Reclamações	1 200	1 200	1 000
V congresso		0	230 000
Projecto PPEC 2013-2014	10 750	10 750	
Ranking APED 2013	6 500	6 500	
<b>TOTAL RECEITAS sem Congresso / PPEC</b>	<b>1 023 700</b>	<b>1 179 700</b>	<b>1 153 000</b>
<b>Total Receitas</b>	<b>1 034 450</b>	<b>1 190 450</b>	<b>1 383 000</b>

## Custos

	Budget 2015	FC 2015 April	Budget 2016
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>426 490</b>	<b>460 271</b>	<b>474 496</b>
Vencimentos	337 048	369 283	386 091
Prémios	73 472	74 114	71 236
Seguro Saúde	3 150	3 675	3 800
Seguro Acidentes de trabalho	2 270	2 648	2 669
Medicina do Trabalho	550	550	700
Formação	10 000	10 000	10 000
<b>Custos de funcionamento</b>	<b>149 500</b>	<b>172 800</b>	<b>175 340</b>
Renda	67 100	80 600	80 600
Electricidade	3 500	4 100	4 100
Água	400	1 000	1 000
Telefone / Telemóveis / Fax	10 100	11 100	8 500
Internet / Televisão	700	700	840
CTT - APED/DISPAR	1 300	1 800	1 800
Empresa Limpeza	5 200	5 200	5 200
Consumíveis Sede / Economato/Impressos	4 500	4 800	5 500
Consumíveis de Informática / Fotocópias	3 500	3 500	3 500
Assinaturas de Revistas e Jornais	1 000	1 000	1 000
Combustíveis / Portagens / Transportes	13 000	14 800	15 000
Despesas de representação	5 000	6 000	7 000
Viagens / Alojamento	10 000	10 000	10 000
Ajudas Custo	1 500	1 500	3 000
Contratos Assistência Técnica	5 500	5 500	6 000
Obras na Sede e Reparação	2 500	2 500	2 500
Renting Equipamentos	3 500	3 500	3 500
Leasing viatura/AOV	9 200	13 200	13 800
Serviço Estafetas	2 000	2 000	2 500

Custos

	Budget 2015	FC 2015 April	Budget 2016
Custos Marketing e Comunicação/Estudos	256 700	296 700	241 700
Assessores Imprensa / Publicidade	70 000	70 000	65 000
Newsletter / Revista	47 700	47 700	47 700
Produção - Publicações APED	10 000	20 000	20 000
Relatórios/Planos Actividade/Copimate	7 500	7 500	9 000
Plataforma Web / Rebranding APED	31 500	31 500	10 000
Estudos e Inquéritos	60 000	80 000	50 000
Conferências / Seminários	30 000	40 000	40 000
Custos Consultoria e Trab. Especializado	148 500	154 500	128 000
Serviços de Contabilidade	13 000	13 000	13 000
Auditoria	10 500	10 500	10 000
Serviços Jurídicos	125 000	131 000	105 000
Projectos Especiais	25 000	75 000	335 000
V Congresso	0	50 000	310 000
CSP - Confederação de Emp.dos S. de Portugal	25 000	25 000	25 000
Outros Custos	27 368	28 618	27 508
Comissões bancárias / Impostos	2 500	2 500	2 500
Quotizações	12 768	12 768	13 168
Amortizações	1 800	3 050	3 500
Seguro Multi-riscos	300	300	340
Outros custos	10 000	10 000	8 000
TOTAL CUSTOS sem Congresso / PPEC	1 033 558	1 137 889	1 072 044
TOTAL DE CUSTOS	1 033 558	1 187 889	1 382 044
Resultados	892	2 561	956



# Distribuímos Valor